

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Cristina Alves Moreira¹

Vera Lúcia Macedo de Oliveira Teixeira²

RESUMO: A presente pesquisa, essencialmente bibliográfica, teve como objetivo, discutir acerca da avaliação da aprendizagem preconizada por pesquisadores, bem como pelas orientações legais do Ministério da Educação. Desse modo, o percurso metodológico constou de uma revisão bibliográfica com ênfase nos processos de avaliação no ciclo de alfabetização. Para tanto, foram revisados livros, artigos científicos sobre o assunto e obras dos autores: Hoffmann (1995), Luckesi (2008), Perrenoud (2004), Sordi (2001), dentre outros. Ao se eleger como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem o trabalho incluiu estudos sobre a LDB – Lei de Diretrizes e Bases (1996); BNCC – Base Nacional Curricular Comum (2017); o PNE – Plano Nacional de Educação (2014-2024), DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, bem como os documentos curriculares do PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, os quais serviram de bases legais para a realização da pesquisa. A escolha pelo tema foi motivada, considerando a necessidade de aprofundar estudos acerca do assunto ora proposto. Os resultados sinalizaram que avaliar é muito mais que lançar mão de técnicas avaliativas, uma vez que o processo que se constrói no cotidiano docente exige a superação de velhos paradigmas que não contribuem para o desenvolvimento do aluno na contemporaneidade.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Leitura. Escrita.

ABSTRACT: This research, essentially bibliographic, aimed to discuss the evaluation of learning advocated by researchers, as well as the legal guidelines of the Ministry of Education. Thus, the methodological path consisted of a bibliographic review with an emphasis on the evaluation processes in the literacy cycle. To this end, books, scientific articles on the subject and works by the authors were reviewed: Hoffmann (1995), Luckesi (2008), Perrenoud (2004), Sordi (2001), among others. By choosing as the object of study the evaluation of learning, the work included studies on the LDB – Law of Guidelines and Bases (1996); BNCC – Common National Curricular Base (2017); the PNE – National Education Plan (2014-2024), DCN – National Curriculum Guidelines for Elementary Education, as well as the curriculum documents of the PNAIC – National Literacy Pact at the Right Age, which served as legal bases for conducting the research. The choice for the theme was motivated considering the need to deepen studies on the subject now proposed. The results signaled that evaluating is much more than relying on evaluative techniques, once the process that is built in the teaching routine requires overcoming old paradigms that do not contribute to the student's development in contemporary times.

Keywords: Learning Assessment. National Literacy Pact at the Right Age. Reading. Writing.

¹ Docente no Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR). Barra do Garças/MT, Brasil. Mestranda em Educação pela Universidad de la Empresa (UDE), Uruguai. Especialista em Docência Multidisciplinar na Educação Infantil pela Faculdades Cathedral (CATHEDRAL). Licenciada em Pedagogia pelo UNIVAR. E-mail: pedagogia@univar.edu.br.

² Docente do UNIVAR. Barra do Garças/MT, Brasil. Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo UNIVAR e em Didática pela Faculdade de Educação de Urubupungá (FACUR). Licenciada em Pedagogia pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Jales (FFCCLJ). E-mail: vl_macedo@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a avaliação da aprendizagem tem sido tema de discussões entre educadores, além de servir como foco de inúmeras pesquisas na área da educação. Nessa perspectiva, é imprescindível a compreensão de que a formação dos sujeitos no ambiente escolar deve ser orientada pela avaliação enquanto dimensão formativa.

No contexto das bases legais, destaca-se o Artigo 24 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 que preconiza a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996). Trata-se, portanto, de um modelo pautado nos processos de aprendizagem que permite ao professor, identificar fragilidades e selecionar procedimentos didáticos que possam contribuir para a superação das dificuldades.

A avaliação escolar faz parte do cotidiano das instituições de ensino, uma vez que em todo momento os envolvidos na educação estão de alguma maneira comprometidos com atos e práticas educativas. É, sem dúvida, um recurso indispensável no cotidiano do educador,

todavia, não deve ter o caráter de exclusão e nem tão pouco de classificação.

No âmbito dessas discussões, há que se destacar a criação do Bloco Pedagógico de Alfabetização na Idade Certa, instituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos - Parecer CNE/CEB nº 11/2019, de 7 de julho de 2010 o qual contribui para a formulação de alternativas que possam melhorar os índices de retenção, bem como distorção idade/série entre as crianças que fracassam na escola pública.

Numa pesquisa essencialmente bibliográfica, o estudo buscou discutir acerca da avaliação da aprendizagem preconizada por pesquisadores da área, bem como pelas orientações legais do Ministério da Educação. Desse modo, o percurso metodológico constou de uma revisão bibliográfica com ênfase nos processos de avaliação no ciclo de alfabetização. Para tanto, foram revisados livros, artigos científicos sobre o assunto e obras dos autores: Hoffmann (1995), Luckesi (2008), Perrenoud (2004), Sordi (2001), dentre outros.

Ao se eleger como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem o trabalho incluiu estudos sobre a LDB – Lei de Diretrizes e Bases (1996); BNCC- Base Nacional Curricular Comum (2017); o

PNE- Plano Nacional de Educação (2014-2024), DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, bem

como os documentos curriculares do PNAIC, os quais servirão de bases legais para a realização da pesquisa.

2 AVALIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O ato de avaliar é inerente ao ser humano, o qual está sempre observando, dando juízo de valor ao outro, bem como em situações, lugares, sentimentos. Por esta razão a prática da avaliação é comum em vários âmbitos sociais e institucionais, o que não difere da escola, uma vez que nela a avaliação ganha um valor maior por ser socialmente considerada como elemento essencial para identificar a progressão da aprendizagem do aluno.

Ao abordar a avaliação, Luckesi (1998) explica que não se trata de um instrumento de simples classificação ou aprovação do aluno, mas sim um meio de realizar um diagnóstico da turma, a fim de nortear as estratégias a serem realizadas no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, destaca-se que embora a avaliação seja um tema recorrente em formações de professores, cursos de graduação, especialização e pesquisas, ainda que causa estranhamento e discussões no meio escolar, já que em muitos casos quando se trata de avaliação há um distanciamento entre teoria e prática (VIEIRA; SFORNI, 2018).

Assim, esses mesmos autores, ao evidenciar a importância da avaliação como instrumento norteador da prática pedagógica, se valem da teoria da psicologia Histórico Cultural de Leontiev e Vygotsky que compreendem o homem como um ser dinâmico e complexo, cujo desenvolvimento ocorre por meio de sua interação com o meio. Dessa forma, ao tomar como ponto de partida essa dinamicidade e a necessidade de interação, tem-se a avaliação não como um produto final, mas como parte de um processo contínuo e enérgico.

Frente a isso, tem-se o impasse da avaliação ainda como maneira de mensurar a aprendizagem dos alunos, com o único fim de reprovar ou aprovar, tornando-a um instrumento que pouco contribui com o processo de ensino e aprendizagem. “A avaliação nos diferentes espaços de produção do conhecimento, tem sido tradicionalmente como um fator que ocorre no final do processo de produção do conhecimento” (OLIVEIRA, 2018, p. 2386). Partindo desse pressuposto, a avaliação vai além de avaliar o aluno em si, mas todo o processo escolar.

Chueri (2008) deixa claro que a avaliação organizada e sistematizada realiza-se de acordo com os objetivos explícitos e implícitos da escola, tornando-se reflexo dos valores e normas sociais pré-estabelecidos. Todavia, a prática da avaliação pode também servir como mecanismo de transformação social.

Entende-se, então, que a avaliação não é um processo neutro e, por isso, precisa partir de uma base teórica e ter claros os objetivos de sua realização. Desse modo, faz-se necessário refletir acerca dos modelos de sociedade e de escola que se deseja, adequando as práticas pedagógicas ao processo de avaliação.

Partindo desse princípio é importante destacar que a educação, tradicionalmente, é entendida como um processo no qual o sujeito se desenvolve torando-se de certo modo apropriado para atuar no mundo, fazendo-o atingir um nível de aprendizagem e avance em seu percurso de vida, adquirindo capacidades e buscando desenvolvê-las ao máximo (LEITÃO, 2013).

A avaliação torna-se, nessa visão, um recurso indispensável para que o professor possa avaliar suas práticas, verificar quão desenvolvido se encontra o aluno, quais conhecimentos prévios possibilitarão melhor apropriação do saber, enfim, permitirá acompanhar os alunos e conduzir sua atuação pedagógica.

Os educadores muitas vezes não utilizam a avaliação com estes fins e colocam como um instrumento para medir a aprendizagem final, sem utilizá-la também como diagnóstico de suas ações. Esta poderia ser citada como uma das maiores dificuldades quando se trata de avaliação, já que por ser culturalmente aceito essa forma de avaliar, os professores reproduzem ano após ano esta prática segregada e descontextualizada.

Criticando esta postura, Leitão (2013) explica que o maior problema ao discutir a avaliação e tentar implementá-la, trata-se da resistência dos professores em manter a concepção retrógrada de avaliar.

Por avaliação escolar entende-se habitualmente uma multiplicidade de significados: verificar os conteúdos aprendidos, julgar um trabalho em virtude de instruções dadas, averiguar competências nos alunos, comparar um aluno ao outro, rotular o resultado de acordo com os critérios, determinar o nível de uma produção, opinar sobre os conhecimentos de alguém, medir a capacidade do aluno desempenhar determinada tarefa, classificar hierarquicamente a produção dos alunos (LEITÃO, 2013, p. 6).

Tal afirmação confirma o entendimento errôneo sobre avaliação, calcada em princípios tradicionais de ensino e que não consideram as particularidades dos alunos e a ritmo de desenvolvimento de

cada um, além de colocar toda a responsabilidade de aprendizagem no próprio aluno eximindo o educador da responsabilidade sobre o fracasso escolar. Luckesi (2003) mostra que a avaliação é um meio e não um fim, ainda sem colocá-la como um instrumento técnico, mas como algo que permeia toda a escola e que exige uma reflexão ampla acerca dos fundamentos que norteiam o processo avaliativo.

Por isso, Leitão (2013) explica que o grande mal da educação no que tange a avaliação é confundir os objetivos da avaliação, pensando que ao invés de focar na aprendizagem, no diálogo, na compreensão, na melhoria, no contraste, na motivação e na reflexão, toma como ponto de partida a classificação, comparação, hierarquização, atemorização, sanções, exigências e promoções.

Contrapondo à concepção que predomina no âmbito da avaliação, Libâneo (1994) defende esse processo como uma tarefa didática indispensável para acompanhar todos os passos do ensino e da aprendizagem, sendo por meio dela que se torna possível constatar os progressos,

dificuldades e ainda reorientar o trabalho para sanar as dificuldades encontradas.

Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

Nesse contexto, fica evidente a importância da avaliação consciente, de modo a romper velhos paradigmas que permeiam as escolas e a concepção de muitos professores, para que assim seja possível utilizar a avaliação como mais um recurso que priorize o desenvolvimento dos alunos e seja utilizada como meio de compreender o processo de ensino aprendizagem como um todo e não apenas focando em um único aspecto.

2.1 O MODELO DE AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO PNAIC- PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

compreende um compromisso firmado entre o Governo Federal, Distrito Federal,

Estados e Municípios visando alcançar a meta de que todas as crianças chegassem ao 3º ano do ensino fundamental alfabetizadas. Por isso, desde 2013 foram disponibilizadas formações continuadas, materiais didáticos para apoio pedagógico, avaliações sistemáticas, gestão, controle social e mobilização para melhorar o trabalho com as crianças do 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental (BRASIL, 2014).

O programa realizou-se em etapas, de modo que cada município se organizou para oferecer formações aos professores, partindo de uma preparação em um âmbito maior, ou seja, as orientadoras recebiam uma formação e atuavam como matriciadoras do conhecimento em seus municípios. As educadoras eram divididas de acordo com as turmas que lecionavam, tendo formação teórica e prática para que pudessem adequar-se a essa nova proposta que ficou conhecida como Bloco pedagógico de Alfabetização ou Ciclo de Alfabetização.

O PNAIC aconteceu primeiramente no ano de 2013 com a formação para a alfabetização, em que professores alfabetizadores tiveram a oportunidade de

receber um material específico para trabalhar Língua Portuguesa/leitura e escrita. No ano de 2014 a formação se deu na área da alfabetização matemática, com objetivo de mudar a perspectiva do ensino da matemática nos três primeiros anos do ensino fundamental. Já em 2015 a formação foi integrada com as disciplinas das áreas de natureza e sociedade com Ciências e História, Geografia. Nos anos seguintes a formação teve como foco todo o ensino voltado para o bloco de alfabetização sem que houvesse disciplinas específicas e a partir de 2017 inseriu-se no programa, a formação para educação infantil (BRASIL, 2018).

Desde, então, houve uma mobilização de todos para que as crianças fossem alfabetizadas até os 8 anos de idade e, para isso, eram realizadas avaliações contínuas em sala de aula, avaliações dos encontros de formação, reflexão dos resultados da Provinha Brasil³ e aplicação de uma prova anual no 3º ano conhecida como Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) para observar os resultados de todo esse processo (BRASIL, 2018).

³ A Provinha Brasil, é uma avaliação diagnóstica que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, a Provinha Brasil permite aos professores e gestores obter mais informações que auxiliem o monitoramento e a avaliação dos

processos de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/provinha-brasil>.

Importante ressaltar que o PNAIC não foi a primeira política pública voltada para a alfabetização, já que o Proletramento, antecessor do PNAIC, também tinha este mesmo objetivo. O PNAIC foi então uma forma aprimorada e contemporânea para se pensar em alfabetização, permeando não somente as práticas pedagógicas, mas uma reflexão sobre currículo, planejamentos, gestão, enfim, a educação Brasileira como um todo (WINKELER, 2015).

Dessa forma, em 2012, por meio da Portaria nº 867 o PNAIC foi instituído, levando muitas universidades a constituírem suas equipes para atuarem junto aos municípios, aproximando diálogos para pesquisa e a prática pedagógica. Assim o programa foi marcado por sua larga escala, sendo um dos maiores programas de formação de professores realizados pelo Ministério da Educação (WINKELER, 2015).

Conhecendo melhor o PNAIC, vem o questionamento: E a avaliação? Como as crianças serão avaliadas? E se elas não aprenderem? O que vai acontecer se até os 8 anos não houver a alfabetização? Estas e outras perguntas foram frequentes entre os educadores e a comunidade escolar, que em alguns casos receberam com estranhamento a nova proposta, especialmente, em virtude da não reprovação dos alunos inseridos no bloco de alfabetização. Por estas e outras

razões o PNAIC partiu do princípio de que o processo avaliativo deveria acontecer do início ao fim, ou seja desde o diagnóstico até o prognóstico, havendo a necessidade de um trabalho atento por parte do professor para planejar suas aulas e acompanhar individualmente cada aluno.

Brasil (2012) evidencia a necessidade de realizar um diagnóstico para conhecer melhor os alunos e organizar o planejamento, por isso, é importante que a avaliação seja contínua em todo ano letivo, já que o planejamento é flexível e pode ser reorganizado para aprimorar a aprendizagem.

Desse modo, é preponderante ter clareza de que a avaliação é cíclica e, por isso, não deve ter como foco apenas o aluno, é preciso avaliar o sistema de ensino, a escola, os professores o currículo e até o próprio sistema de avaliação.

Nesse sentido, para avaliar o sistema de ensino existem mecanismos internacionais como o PISA e nacionais como a Provinha Brasil, os quais devem ser utilizados como ponto de partida para avaliar a educação de modo geral. Já para avaliar o currículo faz-se necessário reflexões coletivas acerca dos documentos oficiais que preconizam a educação e um debate sobre a função social da escola, bem como sua filosofia e as necessidades (BRASIL, 2012).

Os professores podem ser avaliados por diversos meios, tanto por meio de uma autoavaliação, quanto por mecanismos propostos pela escola, formação continuada, aprendizagem dos alunos e ouvindo o que eles têm a dizer sobre seus educadores.

Assim, Hoffman (1992, p. 42) cita que “é urgente encaminhar a avaliação a partir da efetiva relação professor e aluno

2.2 AVALIAÇÃO DA LEITURA

Um dos maiores desafios da educação está relacionado à leitura, já que muitos alunos possuem dificuldade significativa para ler e compreender textos de diversos gêneros, exigindo do professor estratégias que visem a inserção da leitura diversificada desde os primeiros anos escolares. Assim, o educador necessita estabelecer objetivos de leitura para averiguar o que a criança já aprendeu.

Dessa forma, ganham destaque algumas habilidades necessárias que devem ser observadas no processo de avaliação:

Localizar informação explícita no texto; Inferir, é importante verificar a capacidade da criança em utilizar conhecimentos prévios ou resgatar partes de um texto para inferir alguma informação; Compreender a finalidade do texto; Aprender assuntos/temas tratados em textos; Estabelecer

em benefício à educação do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de crianças e jovens na escola.” Desse modo, serão destacados na sequência, um conjunto de elementos preconizados pelo PNAIC para avaliar as crianças: leitura, produção textual, competências discursivas, sistema de escrita alfabético e ortografia.

relação de intertextualidade (BRASIL, 2012, p. 16).

Por esta razão o livro de avaliação proposto pelo PNAIC traz fichas de acompanhamento que evidenciam o que uma criança deve saber em determinado ano, já que a aprendizagem é progressiva e ela iniciará a alfabetização no 1º e terminará o processo no 3º ano. Tais fichas permitem ao professor compreender o que deve ser mais importante em cada ano e como pode aumentar o campo perceptual do aluno.

Além disso, sugere fichas individuais pautadas nos objetivos do planejamento, com vista a registrar o que a criança já consegue fazer e o que ainda tem dificuldade. Assim, o professor poderá traçar um perfil da turma e elaborar estratégias eficientes no que tange a alfabetização.

2.3 AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO TEXTUAL

Os documentos curriculares do PNAIC evidenciam que avaliar a produção textual é uma forma de observar como a criança interage e desenvolve a escrita, para que o professor possa guiá-lo a fazer o uso social da leitura e da escrita, tornando-se bons leitores e bons escritores.

Evangelista (2009) afirma que a pessoa que escreve pode avaliar suas produções podendo rever, encontrar os erros, elaborar rascunhos, confirmar ou refutar hipóteses e assim melhorar seu

texto. Dessa forma o educador precisa observar como suas correções contribuem para a construção do aluno.

É fundamental, pensar em estratégias que incentivem a criticidade leitora dos alunos, ou seja, práticas que se utilizam dos recursos linguísticos para produzir textos com efeitos de sentido em seus interlocutores. Assim, o Programa sugere incentivo a produções textuais diferenciadas, coletivas, se valendo de vários gêneros textuais.

2.3.1 Avaliar as competências discursivas

É importante que a escola compreenda o seu papel no desenvolvimento da oralidade das crianças promovendo situações de uso variado da fala, da escuta e produção de textos orais. Para tanto, é fundamental conhecer as dimensões que envolvem o desenvolvimento da oralidade: “valorização de textos escritos de tradição oral; oralização do texto escrito; variação linguística e relações entre fala e escrita; produção e compreensão de gêneros orais.” (BRASIL, 2012, p. 35).

Nesse cenário sugere-se algumas práticas que podem contribuir para a avaliação da oralidade, tais como a contação de histórias, realização de entrevistas, debates, promoção de seminários escolares, dentre outros. Contudo cabe a ressalva de que todas as ações são acompanhadas de fichas previamente elaboradas para compreender se o aluno atendeu ou não aos objetivos propostos.

2.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICO E ORTOGRAFIA

A alfabetização na perspectiva do PNAIC, sugere que a criança, ao final do 1º ano, compreenda como funciona a escrita alfabética de modo que nos dois anos subsequentes ela consolide a correspondência entre letras e o som e desenvolva sua aprendizagem acerca das regras ortográficas (BRASIL, 2012).

Para tanto é necessário que o professor promova atividades diversificadas que exijam do aluno o uso de diferentes habilidades. Estas atividades incluem o auto ditado, bingo de palavras e letras, atividades de correspondência imagem palavra, correção de palavras, separação silábica, escrita espontânea dentre outros.

Isto posto acerca da avaliação no PNAIC, é válido afirmar que “nem sempre

é possível avaliar ao mesmo tempo todas as habilidades, entretanto é importante que o professor planeje e garanta momentos para diagnosticar os estudantes” (BRASIL, 2012, p. 67).

É possível organizar a prática pedagógica e adequá-la à realidade e necessidade dos alunos. Nesta fase dos três primeiros anos do ensino fundamental é preciso ter claro quais são os conhecimentos tangentes a cada ano, para elaborar de maneira adequada o que ensinar em cada etapa, e ainda saber o que avaliar e como utilizar essa avaliação para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, de modo que não resulte em prática segregatória e punitiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das considerações finais desse estudo bibliográfico, considera-se imprescindível uma referência às inúmeras as publicações, fruto de significativas pesquisas sobre a avaliação da aprendizagem. Trata-se, portanto, de estudos que trazem em comum, a intenção de investigar cada vez mais sobre o tema, buscando continuamente, responder aos inúmeros questionamentos que envolvem

os processos avaliativos. As produções expressas em dissertações de mestrado, teses de doutorado, comunicações em congressos e anais, publicações em periódicos, compõem, evidentemente, o banco de dados e estudos sobre o tema, além de servir como antecedentes para novas pesquisas.

No contexto das Diretrizes Pedagógicas para o Ciclo Inicial de

Alfabetização a avaliação apresenta-se como princípio que visa a realização do diagnóstico, de modo a identificar fragilidades e potencialidades dos estudantes e que resulte na organização de um planejamento, por meio do qual são explicitadas as estratégias pedagógicas que atendam às reais necessidades educativas dos alunos.

Todavia, são evidentes as tendências avaliativas intencionadas a qualificar, penalizar ou corrigir. Por isso, a importância da apropriação desse instrumento com o objetivo de torná-lo sempre, e em todos os casos, um modo de aprendizagem. O ensino e a aprendizagem são elementos indissociáveis, é por meio deles que a didática ganha sentido. Nessa perspectiva, o ato de aprender requer a forma de ensinar, e para tanto, faz-se necessário avaliar o sujeito de ensino e o sujeito da aprendizagem.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010, de 7 de julho de 2010.** Instituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Assim, destaca-se a existência de algumas práticas de avaliação que contribuíram e contribuem para a compreensão acerca das diferentes concepções pedagógicas. Os exames e as provas escolares, por exemplo, são práticas advindas da pedagogia tradicional, muito utilizadas no século XVI. O que se observa no interior das escolas brasileiras, são práticas que caracterizam exames escolares, em vez de avaliação da aprendizagem. As escolas brasileiras estão repletas de práticas com resquícios da pedagogia tradicional como as avaliações em nível nacional.

Diante do exposto, conclui-se que avaliar é muito mais que lançar mão de técnicas avaliativas, uma vez que o processo que se constrói no cotidiano docente exige a superação de velhos paradigmas que não contribuem para o desenvolvimento do aluno na contemporaneidade.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: avaliação no ciclo de alfabetização: reflexões e sugestões.** Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: apresentação.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Brasília: MEC, 2012. 1 apresentação PowerPoint (24 slides). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11268-gt-capitais-pnaic-apresentacao-21062012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum – BNCC**. Brasília, 2017.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensino aprendizagem. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out.1997.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008. e-ISSN 1984-932X. DOI <http://dx.doi.org/10.18222/ea193920082469>.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Avaliação escolar. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins. **Professor-leitor, aluno-autor: reflexões sobre avaliação do texto escolar**. Belo Horizonte: Formato : CEALE, 2009.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio : uma perspectiva construtivista**. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio : uma perspectiva construtivista**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 1992.

LEITÃO, Ines Achea. **Os diferentes tipos de avaliação: avaliação formativa e avaliação somativa**. 2013. 82 f. Relatório de Estágio (Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

OLIVEIRA, Adriana *et al.* Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. p. 2383-2397. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/510_223.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens : entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SORDI, Mara Regina L. de. **Alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não?** *In*: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (orgs.). **Temas e textos em metodologia do Ensino Superior**. Campinas: Papirus, 2001.



ISSN 1984-431X

VIEIRA, Vanize Aparecida Misael, SFORNI, Marta Sueli Aparecida. **avaliação da aprendizagem conceitual.** Educ. rev. [online]. 2010. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000500003>. Acesso em dezembro. 2018.

WINKELER, Maria Silvia Bacila. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a formação continuada do professor alfabetizador. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. Anais [...].* Curitiba: Pontificia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 27669-27682.